
A INFLUÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECIAIS NO ÂMBITO ESCOLAR

Júlia Lane Rodrigues Copaja
Flávia Barbosa da Silva Dutra

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um questionamento com respeito à inclusão escolar de pessoas com deficiência e necessidades educativas especiais. Temos como principal objetivo observar o que professores, alunos e funcionários de uma escola pública compreendem à respeito deste assunto, com base nas perguntas de questionários. A escolha do tema está relacionada ao fato de acreditarmos que a informação tem grande influência no processo de inclusão de pessoas com deficiência e necessidades especiais na escola – e sociedade de modo geral – mas em contrapartida, a falta dela pode favorecer a exclusão destas pessoas e, conseqüentemente, fazer com que elas tenham constantemente os seus direitos negados e negligenciados.

Para compreendermos melhor o assunto, partiremos de uma perspectiva histórica da Educação Especial traçada por Sasaki (2006) e dividida em quatro processos: exclusão, segregação, integração e inclusão.

A primeira fase de *exclusão* é marcada pelo período em que não se havia nenhuma preocupação com as pessoas com deficiência, conseqüentemente, elas acabavam sendo excluídas/eliminadas da sociedade. Além disso, de acordo com Correia (1999) a Idade Antiga na Grécia é marcada pela exclusão social, naquela época crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram abandonadas ou mortas, e sequer tinham o direito de conviver socialmente. Segundo Walber e Silva (2006, p. 31) na Idade Média, “pessoas com deficiência e, principalmente, com deficiência mental eram vistas como possuídas por espíritos malignos ou como loucas e foram assim levadas à fogueira.”.

Com a rejeição da ideia de possessão demoníaca associada às pessoas com deficiência, surgem então as instituições de caridade e assistencialismo. Esta, é a segunda fase das descritas por Sasaki (2006), chamada de *segregação*. Ela caracterizou-se por um período que esses indivíduos eram afastados de sua família e recebiam acolhimento em instituições filantrópicas ou religiosas. É nesse momento que surgem os primeiros centros de reabilitação e as escolas especiais, algo revolucionário de acordo com o contexto social da época, pois estava sendo oferecido o ensino a

quem sequer tinha direito. Segundo Redig (2010, 2014, 2016), apesar de neste contexto a Educação Especial seguir o modelo médico – com ênfase clínica e pouco foco na aprendizagem – devemos compreender que os médicos foram os primeiros profissionais a enxergar a possível aprendizagem desta população. Um tempo depois, a Educação Especial passa a ser vista numa perspectiva de modelo educacional, porém, a segregação ainda perpetuava.

Já a terceira fase denominada *integração* é definida como o momento que essas pessoas são encaminhadas e aceitas em escolas regulares, após passarem por testes de inteligência. Todavia, tal “aceitação”, só era oferecida se as mesmas conseguissem se adaptar à escola comum.

Por fim, após inúmeras críticas ao modelo de Integração, temos como última e atual fase a de políticas voltadas para a *inclusão*, que tem como principal objetivo garantir a inclusão social e escolar de pessoas com deficiência. Nesta perspectiva, é responsabilidade da escola – e sociedade num todo – adaptar seus ambientes físicos e procedimentos educativos ao aluno, a fim de atender suas necessidades específicas e lhe garantir não apenas uma vaga escolar, mas sim o acesso à aprendizagem.

Sabemos que existe um grande número de leis que respaldam o direito à educação para pessoas com deficiência. Contudo, fica o questionamento: será que temos uma escola para todos ou uma escola que apenas reproduz as desigualdades e exclusões que se perpetuam em nossa sociedade?

Já sabemos que tempos atrás aqueles considerados como “anormais” (ou seja, fora do que era considerado “normal”) eram simplesmente mortos e banidos de viver em sociedade, este período ficou definido por Sasaki (2006) como a fase de *exclusão*. Hoje, também sabemos que isto não ocorre mais desta forma, porém, se o termo *educação inclusiva* – do qual falamos e ouvimos tanto falar – não for constantemente repensado e praticado, o que nomeamos *inclusão* pode vir a tornar-se uma mera “*neoexclusão*” – ou seja, um novo tipo de exclusão – que acontece de formas sutis, mas que ainda assim, são perversas.

Desta forma, acreditamos que o aumento da informação e popularização do assunto, podem influenciar numa sensibilização maior dos indivíduos com respeito às pessoas com deficiência e necessidades especiais, diminuindo assim, o preconceito de muitos acerca do desconhecido e daquilo que foge dos padrões aceitos e valorizados em nossa sociedade.

Vale ressaltar que este artigo não tem como objetivo encontrar soluções prontas para a questão da Educação Especial e Inclusiva em nosso país, mas sim refletir e discutir possibilidades

de algumas mudanças e ações que são necessárias para que a Educação Especial seja realmente uma Educação Inclusiva de qualidade e direito reafirmado de todos os que dela necessitam.

METODOLOGIA

O presente artigo trata de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa que, de acordo com Gil (2002, p. 41) define-se por “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Para a coleta de dados foi realizado um estudo de campo para obter informações sobre como professores, funcionários e alunos de uma escola pública compreendem a ideia de Educação Especial e Inclusiva, com base nas perguntas de um questionário. Desta forma, de acordo com Gil (2002, p. 53) no estudo de campo “[...] o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo.”

É importante salientar que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovada com número de parecer 3.226.652.

A pesquisa foi realizada numa escola pública, de primeiro segmento, de um município do Estado do Rio de Janeiro. Participaram dela 20 alunos de uma turma de 5º ano, 15 professores e quatro funcionários (incluindo os membros da equipe pedagógica). Antes da aplicação dos questionários com os grupos, foi realizado um questionário piloto com dois professores, dois funcionários e cinco alunos, para que fossem observadas às mudanças necessárias quanto à formulação das perguntas. Após isso, foram realizadas às alterações e aplicados os questionários aos respectivos grupos.

Os questionários foram impressos e entregues a cada participante – separadamente – e depois recolhido. A organização dos dados foi realizada no Programa Word, a partir da construção de tabelas. Além disso, também foi realizada uma revisão bibliográfica composta por livros, artigos científicos de autores que tratam acerca do tema tratado e da legislação da área. Após isso, os resultados foram organizados estabelecendo um diálogo com a revisão bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos na aplicação dos questionários nos levam a refletir e compreender um pouco sobre como a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades especiais ainda não tem sido efetiva em grande parte das escolas e outros setores de nossa sociedade e nos mostram alguns motivos para tal fato. Além disso, também nos levam a pensar acerca de algumas mudanças que

poderiam ocorrer, e até dar certo, se houvesse boa vontade de todas as partes importantes neste processo.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer uma questão com respeito aos termos Pessoa com Deficiência e Pessoa com Necessidade Educacional Especial, apesar de parecerem sinônimos, eles possuem significados diferentes. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (p.10).

Já o termo Necessidade Educacional Especial, foi adotado pelo Conselho Nacional de Educação em 2001 e segundo Sasaki (2002, p. 6) “a palavra educativo significa algo que educa. Ora, necessidades não educam; elas são educacionais, ou seja, concernentes à educação”.

Aproveitando a discussão, vale ressaltar que durante a organização dos dados percebeu-se em algumas respostas o uso do termo “portador de deficiência” (observaremos um exemplo disto mais à frente nos resultados). Já sabemos que este é um termo ultrapassado, evitado pelos profissionais da área e que nem deveria mais ser utilizado – apesar de muitos ainda o utilizarem pela falta de informação – pois segundo Sasaki (2002, p.7) a deficiência não é algo que o indivíduo “porta” como se fosse um acessório, ou que tem a opção de tirar e colocar sempre que julgar necessário.

Outros termos a serem destacados são Educação Especial e Educação Inclusiva pois também geram bastante confusão. Através dos resultados pode-se perceber que alguns professores os consideravam diferentes, outros os consideravam complementares, mas nenhum explicou a definição correta, como podemos ver a seguir:

- **Professor 2:** “A educação especial no meu entender seria uma escola especializada só para estudantes com necessidades educacionais especiais. E a inclusiva, coloca-se o indivíduo na escola com outros ditos normais.”
- **Professor 8:** “Porque Educação Especial direciona-se ao trabalho com um grupo específico e Educação Inclusiva busca inserir um indivíduo e adaptá-lo ao meio social.”
- **Professor 13:** “Acredito que na educação especial, nasce a educação inclusiva. Elas se relacionam e se completam”

A verdade é que tratam-se de termos diferentes, mas que se complementam, segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva:

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 12).

Já a Educação Inclusiva trata-se de uma política que busca nortear a Educação Especial (e claro, todos os outros setores da sociedade). Segundo o Documento Subsidiário à Política de Inclusão, criado pelo MEC em 2005, a perspectiva de inclusão significa:

[...] efetivar o direito de todos os alunos à escolarização nas escolas comuns de ensino regular e organizar a educação especial, enquanto uma proposta pedagógica que disponibiliza recursos, serviços e realiza o atendimento educacional especializado [...] (BRASIL, 2005, p. 33).

Sabemos que a educação de alunos com deficiência e necessidades especiais desde os primórdios caracterizou-se num modelo de atendimento segregado e legitimado através de políticas e práticas pedagógicas. De acordo com Kassir (2011, p. 76) “a história da nossa educação constituiu-se de forma a separar os alunos: em normais e anormais; fortes e fracos”. Todavia, segundo Sasaki (2002, p.1) “a normalidade, em relação a pessoas, é um conceito questionável e ultrapassado”, por isso, pode-se afirmar que os termos corretos a serem utilizados são “pessoas sem deficiência e pessoas com deficiência”.

Nas quase três últimas décadas a educação têm sido voltado para a ideia de Educação Inclusiva, tendo como duas de suas principais influências a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), que visou transformações nos sistemas de ensino para garantir o acesso e a permanência de todos na escola, e a Declaração de Salamanca (1994) que através da Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais compreendeu as escolas comuns como o meio mais efetivo para confrontar atitudes discriminatórias (BRASIL, 2008). O documento defende não só o acolhimento e a inclusão de alunos com deficiência ou necessidades especiais, mas também de todos aqueles que são excluídos, desfavorecidos e marginalizados em nossa sociedade.

Após este documento, diversos outros foram criados, como o que trata da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que visa a formação de políticas públicas que promovam uma educação inclusiva de qualidade para todos, e em seu objetivo geral (ler na íntegra) aponta diversas garantias que, se consolidadas, possibilitariam um trabalho escolar efetivamente inclusivo. Porém, infelizmente não é isso que vemos na prática e são inúmeros os fatores que a impedem de acontecer.

Vale lembrar que, de modo algum estamos desmerecendo os progressos da Educação Especial e Inclusiva em nosso país e as leis aprovadas para amparar estes indivíduos, entretanto, percebemos que elas ainda caminham de forma lenta e insuficiente para a real garantia da inclusão.

Com isso, podemos dialogar um pouco a respeito da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei 13.146, criada em 2015, e que no Artigo 28 de seu Capítulo IV (destinado a educação) cita 18 aspectos (ler na íntegra) que incumbem ao poder público “assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” (PLANALTO, 2015, on-line), no entanto, o segundo nos chamou a atenção:

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (PLANALTO, 2015, on-line)

E é justamente com respeito à essas “condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem” que vamos tratar. De acordo com o resultado dos questionários, os professores afirmaram ter o Atendimento Educacional Especializado na escola pesquisada, porém aproximadamente mais de 50% dos professores disseram não considerar a escola em que trabalham/estudam como inclusiva.

Todavia, é importante ressaltar que por parte dos professores a resposta negativa está ligada não a falta de esforços, mas sim a falta de recursos, como podemos observar nas respostas destacadas abaixo:

- **Professora 01:** *“Mais pela falta de recursos, profissionais e conhecimento, do que pela falta de vontade. Ou seja, existe interesse, mas o contexto dificulta.”*
- **Professor 09:** *“Apesar de termos o AEE e o desenvolvimento de boas práticas pedagógicas por parte do corpo docente, há limitações impostas pela infra-estrutura e falta de materiais didáticos especializados.”*

Em contraponto, os professores que disseram considerar a escola pesquisada como inclusiva disseram fazer o possível com o que tem e afirmaram que a escola realiza projetos na área. Enquanto outros afirmaram que em comparação com outras escolas, esta poderia sim ser considerada inclusiva. Alguns destes pontos de vista podemos observar nas respostas abaixo:

- **Professora 03:** *“Na medida do possível, do que é disponibilizado para a escola, os profissionais fazem um trabalho de inclusão com todos os alunos.”*
- **Professora 13:** *“Respondo sim, porque estamos no caminho da inclusão e temos o principal, a vontade que o aluno verdadeiramente participe de seu processo de aprendizagem e crescimento pedagógico. Porém, ainda precisamos aparar muitas arestas que ainda engessam nossa prática, como as dificuldades sociais, financeiras e de suporte que ainda enfrentamos.”*

Com relação aos funcionários 50% afirmaram que sim, e os outros 50% que não. Os que afirmaram que não explicaram não haver estrutura física para isso, e os que afirmaram que sim – mesmo a resposta sendo positiva quanto a estrutura da escola – apontaram algumas dificuldades. Podemos observar exemplos destes dois contrapontos nas respostas abaixo:

- **Funcionária 04:** “A situação estrutural da escola está abandonada (salas quentes, verdadeiras estufas) e sem obras para acessibilidade.”
- **Funcionária 01:** “A estrutura física é adaptada, a dificuldade são os profissionais aptos e com horário para atendimento e assistência aos alunos.”

Já para os alunos, 70% afirmaram não considerar a escola pesquisada como inclusiva. Os principais motivos destacados por eles foi a falta de estrutura física adaptada e a necessidade de melhorias, como podemos perceber nas respostas abaixo:

- **Aluna 05:** “Porque não tem rampa para cadeirantes, o banheiro não é adaptado para deficientes, a porta é pequena demais para um cadeirante passar.”
- **Aluna 20:** “As escolas precisam de melhorias...”

Os outros 30% de alunos que disseram considerar a escola como inclusiva justificaram suas respostas com o fato de ver alguns alunos com deficiência/necessidades especiais na escola, como autistas, por exemplo. Outros afirmaram que a escola é inclusiva porque lá existem duas professoras específicas para isto (professoras do AEE). Vamos observar isto nas respostas abaixo:

- **Aluno 07:** “Na minha escola tem duas professoras para crianças com deficiência.”
- **Aluna 13:** “Eu acho que sim, porque aqui na escola tem pessoas com deficiência.”

Agora tratando especificamente dos resultados obtidos nos questionários dos professores, percebemos – na grande maioria das respostas – a necessidade de cursos de formação continuada nesta área. Quanto a formação dos professores entrevistados, apenas dois possuem só o Curso Normal, e estão com a graduação em andamento. Dos 15 professores entrevistados, mais de 50% deles possuem pós-graduação ou mestrado em alguma área. São profissionais capacitados, interessados no que fazem e com boas propostas pedagógicas. Todavia, apesar de seus títulos acadêmicos, 60% deles disseram não se sentirem preparados profissionalmente para o trabalho com a Educação Especial e Inclusiva. Podemos constatar isso em alguns dos relatos abaixo:

- **Professora 01:** “As deficiência são diversas, mas apesar de conhecer algumas, desconheço uma prática educacional efetiva para cada uma delas.”
- **Professora 03:** “Ainda há muita coisa para aprender e pouco tempo para estudar.”
- **Professor 07:** “Me falta formação adequada.”
- **Professor 09:** “Sinto falta de apoio por parte da secretaria de educação que não oferece nenhuma formação continuada sobre o tema.”

Os outros 40% dos profissionais que disseram considerar-se preparados, afirmaram que buscaram cursos de formação continuada por conta própria, como podemos observar nos exemplos a seguir:

- **Professora 11:** *“Eu fiz no decorrer destes anos de magistério alguns cursos, para começar a prática em sala de aula fiz pós-graduação em Educação Especial, atualmente faço psicopedagogia clínica e institucional, porém é necessário que o governo dê condições de espaço material para melhorar o ensino público, porque só o curso não dá.”*
- **Professora 13:** *“Nesses 12 anos trabalhando com AEE e classe especial, realizei inúmeras formações, pós graduação, cursos de extensão e sempre busco por em prática meus ensinamentos acadêmicos.”*
- **Professora 15:** *“A formação inicial não dá conta de capacitar os profissionais para o atendimento de uma demanda tão diversa quanto das diferentes deficiências...”*

Por isso, complementando com a questão levantada acima, quando questionados acerca de sua formação inicial se ela os deu base para o trabalho com a inclusão, 80% afirmaram que não, e podemos observar algumas de suas colocações abaixo:

- **Professora 06:** *“No curso de pedagogia cursei apenas durante um semestre a disciplina de educação especial que foi abordada de modo superficial.”*
- **Professor 15:** *“A formação inicial, seja em nível médio ou superior, ainda não dá conta de formar profissionais docentes para o trabalho com alunos com deficiência.”*
- **Professora 13:** *“Minha formação inicial na área da educação foi o curso normal que não me deu qualquer ajuda ao trabalho com os deficientes, inclusive não fazia menção a esses alunos”*
- **Professor 09:** *“Acho que a formação visa muito a parte teórica, em detrimento da prática.”*
- **Professora 01:** *“Tive mais conhecimento sobre as deficiências do que práticas de ensino.”*

Entretanto há um outro fator que chamou a atenção nos relatos destes profissionais: a carência de cursos de formação continuada oferecidos pela prefeitura. 60% dos professores confirmaram a falta de oferta por parte da Prefeitura, o que prejudica a atualização de seus conhecimentos. Os outros 40% afirmaram que a prefeitura até oferece cursos de formação, porém não participam por falta de tempo, oportunidade ou de divulgação dos cursos. Quando questionados sobre o assunto, algumas das respostas obtidas foram estas:

- **Professora 11:** *“A prefeitura dá preferência destes cursos para quem trabalha em sala de recursos.”*
- **Professora 12:** *“Essas formações são pouco divulgadas, planejadas em horários que não são possíveis ou apenas grupos específicos são contemplados com as vagas.”*
- **Professora 13:** *“A muitos anos (a prefeitura) não oferece formação. Mas, antigamente, oferecia e participava de todos. Hoje, faço os cursos por conta própria.”*

Outro ponto a ser destacado é que 80% dos profissionais afirmaram que a Prefeitura não dá o suporte necessário para o trabalho com a Educação Especial e Inclusiva. Neste sentido, obtivemos algumas respostas interessantes, como:

-
- **Professora 11:** “*Mal tem material para trabalharmos, o que dirá suporte para os alunos que possuem deficiência.*”
 - **Professora 15:** “*Acredito que o suporte necessário oferecido pela Rede é precário, sobretudo na gestão atual. A busca pela melhoria acaba ocorrendo por meio de iniciativas individuais dos profissionais que atuam no AEE ou professores de turmas regulares ou por gestores de unidades escolares.*”

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 13), “para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área”. Ou seja, temos uma formação inicial superficial, e não nos são oferecidos cursos de formação continuada, se não houver em nós interesse de buscar aprendizado de outras formas que tipo de profissionais seremos? Pois para o trabalho com a inclusão é necessário haver conhecimento e propriedade do que está sendo feito.

Já de acordo com Dutra (2018, p. 14) “um dos caminhos para solucionar esse dilema é a formação para a diversidade, que permite ao docente pensar de forma reflexiva e flexível as ações pedagógicas e as metodologias utilizadas na sala de aula”. Podemos assim, compreender a importância da formação inicial e continuada de professores, formação esta que valorize a diversidade, promovendo a inclusão e não reforçando práticas exclusivas perpetuadas na história da nossa educação. Por isso, ainda segundo Dutra (2018, p.14):

Sabemos que não é fácil transformar a estrutura e a organização da escola, porém precisamos buscar as ações emergenciais para que a mudança aconteça, e o caminho efetivo para essa transformação passa pelo modo como os docentes são formados para atuar com as diferentes necessidades que a inclusão traz para o interior de suas salas de aula.

Quando questionados quais mudanças consideram necessárias na Educação para que houvesse a real inclusão de pessoas com deficiência e necessidades especiais, os professores afirmaram que:

- **Professora 02:** “*Uma das mudanças seria a matrícula do aluno mediante a um laudo médico. Logo, precisaria da parceria da saúde. Salas de recursos em todas as escolas para assistir esses estudantes e mediadores. Formação continuada para professores regentes e diminuição do número de matriculados por turma.*”
- **Professora 12:** “*Revisão nas políticas públicas, inclusão no currículo escolar (mesmo nos cursos que não são formação de professor), fiscalização efetiva e pontual, cobrando resultados de investimentos feitos utilizando verbas destinadas a educação especial e inclusiva.*”
- **Professora 14:** “*Uma atenção maior do governo para com o assunto. Trazendo assim especializações, acessibilidades e informações para a sociedade.*”

Em relação aos resultados obtidos nos questionários de funcionários e alunos, percebeu-se um grande desconhecimento do assunto por parte dos alunos, e um nível maior de conhecimento do assunto por parte dos funcionários.

Quando questionados acerca do que entendiam por deficiência, 75% dos alunos responderam que não entendiam absolutamente nada. Os que responderam diferente disso, associaram deficiência à doença, à um tipo de problema que uma pessoa tem na sua vida, à algo muito triste, à uma sequela ou a algo que deve ser respeitado pelos outros. Abaixo, podemos observar as respostas na íntegra:

- **Aluna 10:** *“É um tipo de doença que a pessoa nasce.”*
- **Aluno 12:** *“Entendo que a deficiência é um problema na vida da pessoa.”*
- **Aluno 16:** *“Eu entendo que é uma coisa muito triste...”*
- **Aluna 05:** *“A deficiência é uma sequela que pode acontecer com a pessoa no decorrer da vida ou a pessoa já pode nascer com ela.”*
- **Aluno 09:** *“O que eu entendo é que as pessoas com deficiência devem ser respeitadas e que não devemos zoar elas.”*

Já alguns funcionários demonstram melhor autonomia para tratar acerca do assunto, como veremos nos exemplos abaixo:

- **Funcionária 01:** *“Dificuldades ou limitações de determinadas pessoas seja física, sensorial ou intelectual.”*
- **Funcionária 04:** *“Está ligada a algum déficit, ou necessidade que a pessoa tenha.”*

Quando questionados a respeito do que entendiam por Inclusão de Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais e se conheciam alguma Lei a respeito deste assunto, mais de 90% dos alunos também afirmaram que não. Contudo, pudemos obter algumas respostas interessantes:

- **Aluna 05:** *“Servem para incluir pessoas com deficiência em nossa sociedade.”*
- **Aluno 07:** *“Significa que elas serão inclusas dentro da escola.”*
- **Aluna 20:** *“Inclusão significa incluir.”*
- **Aluno 06:** *“Eu acho que (a Lei) é para adaptar as pessoas com deficiência a nossa sociedade e incluí-las também.”*

Sabemos que, o coerente a ser dito na resposta do aluno 06 é que as leis são para que a sociedade se adapte às necessidades das pessoas com deficiência, porém, podemos perceber que há um certo entendimento do aluno a respeito do assunto, e isso pode ser considerado um fator positivo.

A mesma pergunta foi feita aos funcionários, e de todas as respostas, houve uma que nos chamou bastante atenção:

- **Funcionária 06:** *“Todos temos responsabilidades sociais e a inclusão é uma delas. Incluir é uma maneira de cumprir tal dever. Incluir, sobretudo é uma forma de permitir às pessoas com deficiência o acesso aos direitos que são garantidos pela constituição.”*

Os alunos também foram questionados acerca do que entendiam por Acessibilidade, quase todos responderam que não sabiam o significado, com exceção de um aluno:

- **Aluno 07:** *“É um tipo de acesso melhor para pessoas cadeirantes.”*

Não que a acessibilidade se resume apenas a isto, contudo, este aluno demonstrou conhecer um pouco sobre o assunto. Já com respeito aos funcionários, destacamos a resposta abaixo:

- **Funcionária 02:** *“É dar condições às pessoas com deficiência de utilizar, com segurança e autonomia, espaços, equipamentos urbanos, edificações e transportes. E, também, ter acesso à informação e comunicação, inclusive na área tecnológica, bem como outros serviços oferecidos à sociedade em geral.”*

Além disso, os alunos foram questionados acerca do que compreendiam por Educação Especial e Inclusiva, e apenas três tentaram definir com suas próprias palavras:

- **Aluno 06:** *“Que devemos ajudar aos deficientes e as pessoas com deficiência para poderem ir a escola.”*
- **Aluno 07:** *“É um tipo de educação melhorada para pessoas especiais.”*
- **Aluna 11:** *“Eu entendo que é especial porque ajuda a educação dos deficientes.”*

Com relação a esta pergunta os funcionários da escola tiveram um padrão de resposta muito parecido, por isso, destacamos a colocação abaixo:

- **Funcionária 04:** *“A inclusão, termo utilizado a partir dos anos 2000, visa à inserção de todos os estudantes com necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular. Refere-se à reestruturação do olhar e do agir, isto é, da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade dos alunos.”*

Também pudemos observar que 75% dos alunos e funcionários afirmaram não ver projetos relacionados à inclusão de pessoas com deficiência na escola onde foi realizada a pesquisa. Além disso, 75% dos alunos e 50% dos funcionários também disseram não considerar as escolas que conhecem como inclusivas. Já em relação ao bairro e cidade onde moram, 90% dos alunos e aproximadamente 85% dos funcionários afirmaram não os considerar como locais adaptados para pessoas com deficiência e necessidades especiais. Podemos observar isto nas respostas abaixo:

- **Aluna 01:** *“As escolas não tem muitos objetos que são necessários para uma pessoa com deficiência.”*
- **Aluna 04:** *“As ruas tem buraco e esgoto sem tampa, isso é um risco.”*
- **Aluno 05:** *“São poucos os ônibus que são adaptados para cadeirantes, as escolas quase não aceitam as crianças com deficiência.”*
- **Funcionário 01:** *“A falta de acesso a lugares como supermercados edifícios, farmácias para deficientes físicos é fato. Calçadas apropriadas para cegos, bem como semáforos sonoros, ou placas com sinais não se vê quando se percorre o bairro.”*
- **Funcionário 04:** *“A cidade/bairro não são pensados para o convívio com as diferenças.”*

É importante destacar que 75% dos alunos e aproximadamente 85% dos funcionários disseram não se considerarem conhecedores deste assunto. A maioria deles também afirmaram que

o tema Inclusão de Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais é muito pouco falado e conhecido em nossa sociedade, como podemos perceber nas colocações abaixo:

- **Aluna 05:** *“Não. As pessoas quase não se lembram dos deficientes.”*
- **Aluno 16:** *“A maioria das pessoas não entende sobre o assunto.”*
- **Funcionária 01:** *“Na teoria é bem discursado, fala-se muito, porém a prática é lastimável.”*

Por fim, os alunos e funcionários foram questionados com respeito ao que consideram importante para a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades especiais em nossa sociedade, e destacamos algumas respostas:

- **Aluna 05:** *“Ter mais escolas para crianças com deficiência e mais adaptações para deficientes em nossa sociedade.”*
- **Aluna 10:** *“Eu acho que a real inclusão é deixar as pessoas (com deficiência) participarem do mesmo que nós.”*
- **Aluna 20:** *“Consciência, respeito e responsabilidade.”*
- **Funcionária 02:** *“Maior conscientização de todos como responsáveis sociais para que a inclusão aconteça de fato.”*
- **Funcionário 03:** *“Respeito, igualdade de direitos, oportunidades de emprego, investimentos em canais abertos de TV com intuito de incentivar a sociedade ao respeito com portadores de deficiência.”*
- **Funcionária 04:** *“Mudança de mentalidade dos profissionais nos diferentes níveis de ensino: universidade, escola básica... isto é, mudanças radicais no sentido de mudar a perspectiva de uma educação massificada p/ propostas singularizadas.”*

Infelizmente, boa parte dos alunos demonstraram não compreender muito do assunto levantado no questionário, porém, a participação deles foi de extrema importância para percebermos o quanto a informação e o conhecimento deste tema são importantes no processo de inclusão, e o quanto a falta dela pode causar a exclusão, pois como incluiremos um aluno com deficiência ou necessidades educacionais especiais em uma sala de aula regular com alunos que não fazem ideia do que significa a **inclusão**? Pois de acordo com Dutra (2018, p.15):

O processo da inclusão envolve tanto a parte acadêmica quanto a socialização desse aluno na escola. Ambas são indispensáveis para que o alunado com deficiência tenha seus direitos garantidos dentro desse grupo social.

Já em relação aos funcionários, apesar de termos percebido o uso de um termo que não deve mais ser utilizado como “portadores de deficiência”, percebeu-se um nível de compreensão e sensibilização maior a respeito do assunto em comparação aos alunos.

Para finalização dos resultados discutiremos aqui a necessidade da Educação Especial e Inclusão fazer parte do conteúdo escolar de forma mais concreta e obrigatória, em que a história da educação especial seja contada, discutida e conhecida como parte extremamente importante na história da humanidade, pois eles também são cidadãos e sujeitos integrantes da nossa sociedade.

Desta forma, no fim dos questionários os professores foram questionados sobre o que achavam desta ideia, e obtivemos respostas como:

- **Professor 09:** *“Não acho necessário. Penso que deva ocorrer práticas pedagógicas que valorizem as diferenças. Mas discutir de modo específico a educação especial e inclusiva não penso ser necessário.”*
- **Professora 12:** *“Essa seria uma das medidas para que as mudanças começassem a acontecer. **Conscientizar para mudar.**”*
- **Professora 13:** *“O principal seria garantia da informação para beneficiar a todos da comunidade escolar”*

Vale ratificar que esta ideia não está relacionada a Educação Especial e Inclusiva ser discutida como uma disciplina específica, mas sim fazer parte da construção do currículo – e consequentemente dos conteúdos escolares – de forma interdisciplinar. Garantindo discussões e debates acerca do assunto nas diversas disciplinas escolares. De forma que o assunto venha estar presente de forma concreta, pois acreditamos que a informação, neste caso, pode sim gerar o conhecimento e contribuir para a sensibilização dos indivíduos no desenvolvimento de atitudes inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como citado no início desta pesquisa, em momento algum tivemos o objetivo de procurar soluções prontas para a questão da inclusão de pessoas com deficiência e necessidades especiais na educação. Mas sim, refletir juntos sobre alguns desafios que ainda impedem que ela aconteça efetivamente e sobre possíveis mudanças que poderiam dar resultados se houvesse esforço por parte de todos os envolvidos.

Levando em consideração que a inclusão é um processo, é essencial nos conscientizarmos que somos sujeitos importantes neste processo, todavia, cada um de nós exerce um papel diferente, mas extremamente necessário. A sociedade como um todo é responsável pela inclusão. Todos nós somos. Por isso, a mudança precisa começar dentro de cada um de nós, e ela começa quando nos reconhecemos como responsáveis nisto e reavaliamos nossas práticas.

Sendo assim, ressaltamos a importância da informação e do conhecimento sobre o assunto – por toda a sociedade – no processo de inclusão e consideramos a falta deles como um dos grandes desafios para que a inclusão se torne efetiva. Desta forma, acreditamos que a escola é o melhor local para o início desta mudança, pois em grande parte dos casos, é lá que o aluno começa a ter o seu primeiro contato com pessoas diferentes de seu convívio comum.

A luta da Educação Especial no decorrer de todas essas décadas para se tornar inclusiva deve ser enxergada e conhecida pela sociedade, não ficando restrita apenas aos debates e estudos acadêmicos. Nossos alunos, que futuramente serão adultos, precisam ser ensinados à conviver com a diversidade. Mas antes disso, nós, professores e profissionais da Educação, precisamos aprender isto também.

Ratificamos assim a importância da função social da escola, não mais como reprodutora das ideias dominantes, mas sim uma escola que busca a transformação social, combatendo principalmente as desigualdades sociais, ao invés de reforçá-las. Pois acreditamos e defendemos uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, principalmente para os que dela necessitam.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento Subsidiário à Política de Inclusão. Brasília: MEC/SEEP, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001b.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 01 fev. 2019.
- CORREIA, L. de M. Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares. Portugal: Editora Porto, 1999.
- DUTRA, F. B. S. Formação de Professores para a Educação Inclusiva. Aperfeiçoamento em Educação Especial e Inclusiva para Professores da Educação Básica. Módulo 1. Fundação CECIERJ. Consórcio CEDERJ. Rio de Janeiro, 2018.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KASSAR, M. C. M. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Educar em Revista, Editora UFPR. Curitiba, n. 41, 2011.
- REDIG, A. G. Educação Especial à Educação Inclusiva. Aperfeiçoamento em Educação Especial e Inclusiva para Professores da Educação Básica. Módulo 1. Fundação CECIERJ. Consórcio CEDERJ. Rio de Janeiro, 2018.
- SASSAKI, R.K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação. v.5, n. 25, p. 5-14. São Paulo, 2002.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- WALBER, V. B; SILVA, R. N. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n1/v23n1a04.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

RESUMO

O presente artigo busca dialogar acerca da inclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional, pois o assunto ainda é incipiente no contexto escolar e social, principalmente pela falta de informação. Foi realizada uma pesquisa de campo com professores, funcionários e alunos de uma escola pública de um município do estado do Rio de Janeiro, buscando observar a compreensão dos mesmos sobre o assunto, tendo como base a aplicação de questionários. A partir dos resultados obtidos percebemos certo desconhecimento dos participantes entrevistados acerca do tema, principalmente por parte dos alunos. Além disso observamos a carência na formação inicial e continuada dos professores. Vale ratificar que este artigo não tem como objetivo encontrar soluções prontas para a questão da Educação Especial, mas sim discutir possibilidades de ações necessárias para que a Educação Especial seja realmente uma Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Exclusão. Informação. Formação.